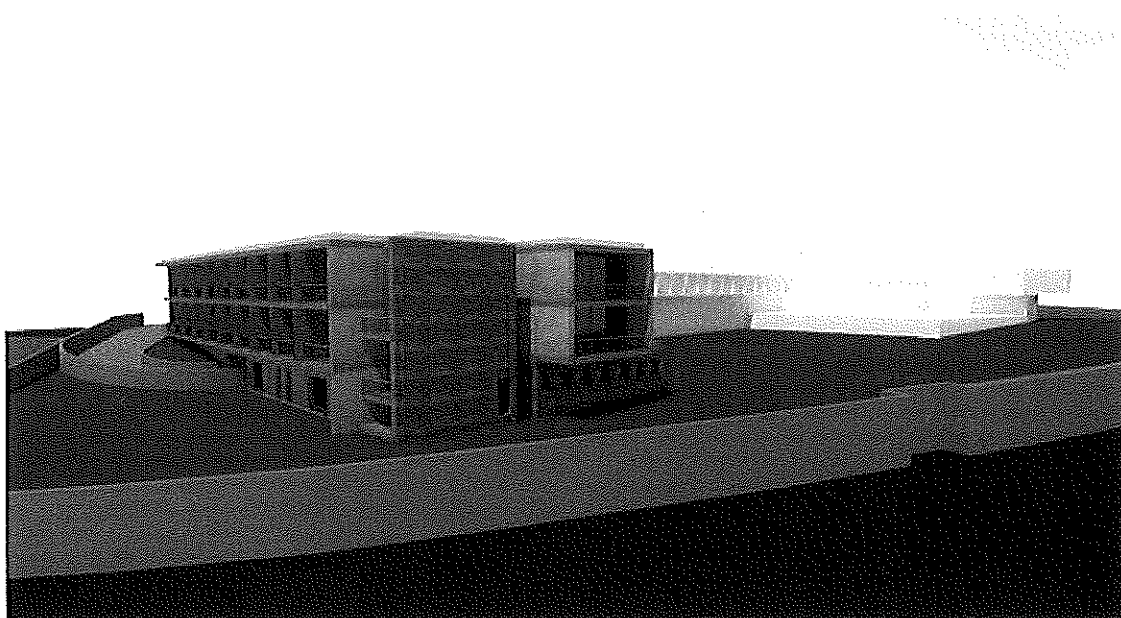


CASA DOS POBRES DE COIMBRA



RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA

ANO DE 2019

COIMBRA - JUNHO 2020

Índice

- 1. Convocatória.**
- 2. Assinaturas.**
- 3. Parecer do Conselho Fiscal.**
- 4. Relatório e Contas.**
- 5. Análise dos Meios Monetários.**
- 6. Análise dos Investimentos Financeiros.**
- 7. Anexos.**

1. Convocações



CASA DOS POBRES DE COIMBRA

Fundada em 08/05/1935

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

(Diário da República n.º 35, IIIª Série, de 11/02/1983)

CONVOCATÓRIA

Para cumprimento da alínea b) do nº 2 do artigo 28º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para o dia 31 de Março do corrente ano, pelas 11 horas, na sua sede social, na Rua da Misericórdia – Quinta do Cedro em S. Martinho do Bispo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1º. – Discussão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 2019, bem como do Parecer do Conselho Fiscal.

2º. – Deliberar sobre:

a) A venda do quinhão hereditário propriedade desta Instituição que lhe foi doado por José da Costa Jorge Rodrigues, NIF 175300131 natural da freguesia de Antuzede, concelho de Coimbra, casado no regime da comunhão de adquiridos com Isilda Maria Dias Gomes, por escritura de doação de quinhão hereditário lavrada no dia 12 de Julho de dois mil e treze no Cartório Notarial sito na Avª Fernão de Magalhães, n.º 136 – 2º Piso, O-N em Coimbra perante a Notária Maria de Fátima Pereira Pessoa, que se encontra registado a favor desta Instituição pela Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e de Automóveis de Anadia, Averb. Ap. 1781 de 2013/07/15 15:14:28 UTC Transmissão de posição

Registado no sistema em: 2013/07/15 15:14:25 UTC

Da Apresentação 2520 de 2013/06/05 – Aquisição

Abrange 3 prédios – artigos matriciais 2513 2521 e 2522 da freguesia de Trouxemil.

b) Dar poderes à Direção desta Instituição para em representação da mesma:

1 – Acordar, livremente, o preço do referido Quinhão hereditário, da forma a melhor defender os interesses desta Instituição.

2 – Fixado o preço de venda, outorgar, em nome da mesma Instituição a competente escritura de compra e venda, recebendo o preço acordado e do mesmo dar completa e rasa quitação, procedendo aos registos e cancelamento de registos, e demais atos necessários, tudo para cabal cumprimento do mandato de que por esta deliberação lhe é conferido.

3º. – Informações.

Se á hora marcada não estiver presente mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia funcionará trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

S. Martinho do Bispo, 10 de Março de 2020

O Presidente da Assembleia Geral

(Aurélio Dias Pereira Lopes, Dr.)

CONDECORADA COM A MEDALHA DE OURO DA CIDADE

CASA DOS POBRES DE COIMBRA
Fundada em 08/05/1935
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
(Diário da República n.º 35, IIIª Série, de 11/02/1988)

CONVOCATÓRIA

Para cumprimento da alínea b) do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para o dia 31 de Março do corrente ano, pelas 11 horas, na sua sede social, na Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro em S. Martinho do Bispo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.ª - Discussão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 2019, bem como do Parecer do Conselho Fiscal.
- 2.ª - Deliberar sobre:
 - a) A venda do quinhão hereditário propriedade desta Instituição que lhe foi doado por José da Costa Jorge Rodrigues, NIF 175300131 natural da freguesia de Antezede, concelho de Coimbra, casado no regime da comunhão de adquiridos com Isilda Maria Dias Gomes, por escritura de doação de quinhão hereditário lavrada no dia 12 de Julho de dois mil e treze no Cartório Notarial sito na Av.º Fernão de Magalhães, n.º 136 - 2.º Piso, O-N em Coimbra perante a Notária Maria de Fátima Pereira Pessoa, que se encontra registado a favor desta Instituição pela Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e de Automóveis de Anadia, Averb. Ap. 1781 de 2013/07/15 15:14:28 UTC Transmissão de posição Registrado no sistema em: 2013/07/15 15:14:25 UTC Da Apresentação 2520 de 2013/06/05 Aquisição Abrange 3 prédios - artigos matriciais 2513 2521 e 2522 da freguesia de Trouxemil.
 - b) Dar poderes à Direção desta Instituição para em representação da mesma:
 - 1.º - Acordar, livremente, o preço do referido Quinhão hereditário, da forma a melhor defender os Interesses desta Instituição.
 - 2.º - Fixado o preço de venda, outorgar, em nome da mesma Instituição a competente escritura de compra e venda, recebendo o preço acordado e do mesmo dar completa e rasa quitação, procedendo aos registos e cancelamento de registos, e demais atos necessários, tudo para cabal cumprimento do mandato de que por esta deliberação lhe é conferido.
 - 3.º - Informações.

Se à hora marcada não estiver presente mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia funcionará trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

S. Martinho do Bispo, 10 de Março de 2020

O Presidente da Assembleia Geral
Aurélio Dias Pereira Lopes, Dr.
(Aurélio Dias Pereira Lopes, Dr.)

CONDECORADA COM A MEDALHA DE OURO DA CIDADE
(Diário da Coimbra, n.º 30.579 de 13.03.20)

CASA DOS POBRES DE COIMBRA
CONVOCATÓRIA

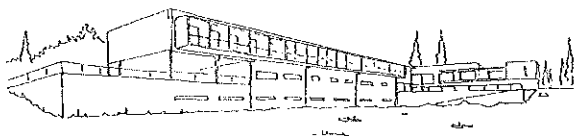
Para cumprimento da alínea b) do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para o dia 31 de Março do corrente ano, pelas 11 horas, na sua sede social, na Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro em S. Martinho do Bispo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.ª - Discussão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 2019, bem como do Parecer do Conselho Fiscal.
- 2.ª - Deliberar sobre:
 - a) A venda do quinhão hereditário propriedade desta Instituição que lhe foi doado por José da Costa Jorge Rodrigues, NIF 175300131 natural da freguesia de Antezede, concelho de Coimbra, casado no regime da comunhão de adquiridos com Isilda Maria Dias Gomes, por escritura de doação de quinhão hereditário lavrada no dia 12 de Julho de dois mil e treze no Cartório Notarial sito na Av.º Fernão de Magalhães, n.º 136 - 2.º Piso, O-N em Coimbra perante a Notária Maria de Fátima Pereira Pessoa, que se encontra registado a favor desta Instituição pela Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e de Automóveis de Anadia, Averb. Ap. 1781 de 2013/07/15 15:14:28 UTC Transmissão de posição Registrado no sistema em: 2013/07/15 15:14:25 UTC Da Apresentação 2520 de 2013/06/05 Aquisição Abrange 3 prédios - artigos matriciais 2513 2521 e 2522 da freguesia de Trouxemil.
 - b) Dar poderes à Direção desta Instituição para em representação da mesma:
 - 1.º - Acordar, livremente, o preço do referido Quinhão hereditário, da forma a melhor defender os Interesses desta Instituição.
 - 2.º - Fixado o preço de venda, outorgar, em nome da mesma Instituição a competente escritura de compra e venda, recebendo o preço acordado e do mesmo dar completa e rasa quitação, procedendo aos registos e cancelamento de registos, e demais atos necessários, tudo para cabal cumprimento do mandato de que por esta deliberação lhe é conferido.
 - 3.º - Informações.

Se à hora marcada não estiver presente mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia funcionará trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

S. Martinho do Bispo, 10 de Março de 2020
O Presidente da Assembleia Geral
(Aurélio Dias Pereira Lopes, Dr.)

(DIÁRIO AS REPAS, N.º 8384 de 13/03/20) 11/301



CASA DOS POBRES DE COIMBRA

Fundada em 08/05/1935

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

(Diário da República n.º 35, IIIª Série, de 11/02/1988)

CASA DOS POBRES DE COIMBRA

Adiamento da Assembleia geral marcada para dia
31 de Março, pelas 11 horas

A pedido da Direcção da Casa dos Pobres de Coimbra, face aos motivos de Conhecimento Público, causados pelo Covid- 19, nos termos da Lei nº 1-A/2020 no seu artº 4º nºs 2 e 5, publicada no 3º Suplemento do Diário da República nº 56 de 19 de Março, 1ª Série e do artº 18º do Decreto Lei nº 10/A/2020, publicado no mesmo Diário nº 52, 1ª Série de 13 de Março do corrente, adio a Assembleia Geral dos Associados da Casa dos Pobres de Coimbra para o dia 30 de Junho do ano decorrente, pelas 11 horas, com a mesma Ordem de Trabalho.

São Martinho do Bispo, 23 de Março de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Aurélio Dias Pereira Lopes

CONDECORADA COM A MEDALHA DE OURO DA CIDADE

[Handwritten signature]


CASA DOS POBRES DE COIMBRA
Fundada em 1850/1855
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
(Decreto de Regulação n.º 34, 1.ª Série, de 11.02.1988)

CASA DOS POBRES DE COIMBRA

**Adiamento da Assembleia geral marcada para dia
31 de Março, pelas 11 horas**

A pedido da Direcção da Casa dos Pobres de Coimbra, face aos motivos de Conhecimento Público, causados pelo Covid-19, nos termos da Lei n.º 1-A/2020 no seu art.º 4.º n.ºs 2 e 5, publicada no 3.º Suplemento do Diário da República n.º 56 de 19 de Março, 1.ª Série e do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 10/A/2020, publicado no mesmo Diário n.º 52, 1.ª Série de 13 de Março do corrente, adio a Assembleia Geral dos Associados da Casa dos Pobres de Coimbra para o dia 30 de Junho do ano decorrente, pelas 11 horas, com a mesma Ordem de Trabalho.
São Martinho do Bispo, 23 de Março de 2020

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Aurélio Dias Pereira Lopes

(Diário de Coimbra, n.º 33.591 de 25-03-20)


CASA DOS POBRES DE COIMBRA
Fundada em 1850/1855
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
(Decreto de Regulação n.º 34, 1.ª Série, de 11.02.1988)

CASA DOS POBRES DE COIMBRA

**Adiamento da Assembleia geral marcada para dia
31 de Março, pelas 11 horas**

A pedido da Direcção da Casa dos Pobres de Coimbra, face aos motivos de Conhecimento Público, causados pelo Covid-19, nos termos da Lei n.º 1-A/2020 no seu art.º 4.º n.ºs 2 e 5, publicada no 3.º Suplemento do Diário da República n.º 56 de 19 de Março, 1.ª Série e do art.º 18.º do Decreto Lei n.º 10/A/2020, publicado no mesmo Diário n.º 52, 1.ª Série de 13 de Março do corrente, adio a Assembleia Geral dos Associados da Casa dos Pobres de Coimbra para o dia 30 de Junho do ano decorrente, pelas 11 horas, com a mesma Ordem de Trabalho.
São Martinho do Bispo, 23 de Março de 2020

Aurélio Dias Pereira Lopes

(Diário de Coimbra, n.º 33.591 de 25-03-20)

2. Assinaturas.

A Direção

Produção e desenvolvimento
António José Dias
[Assinatura]

A Assembleia Geral

3. Parecer do Conselho Fiscal.



PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019

Os elementos apresentados e as explicações fornecidas que complementaram o Relatório de Gerência demonstram o bom exercício realizado e refletem de forma clara os movimentos financeiros necessários ao cumprimento dos objetivos da Casa dos Pobres.

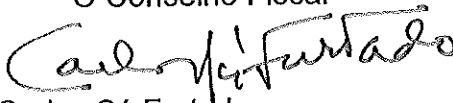
Assim sendo, o Conselho Fiscal é de parecer:

- 1º - Que sejam aprovados o Relatório de Gerência e as Contas, respeitantes ao exercício de dois mil e dezanove;
- 2º - Que o resultado líquido do exercício seja transferido para a reserva ao investimento para reforço da comparticipação da instituição no investimento de ampliação das instalações;
- 3º - Que seja aprovado um voto de louvor aos bons amigos da Instituição-entidades oficiais e particulares – pela generosidade demonstrada;
- 4º - Regista-se com apreço o trabalho desenvolvido pelos colaboradores da Instituição;
- 5º - Que se louve a Direção pelo seu empenhamento e dedicação.

Coimbra, em 24 de Junho de 2020

O Conselho Fiscal

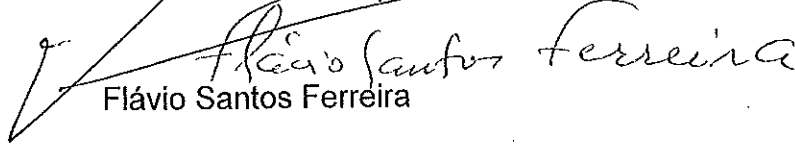
Presidente


Carlos Sá Furtado

Vogal


José António Henriques dos Santos Cabral

Vogal

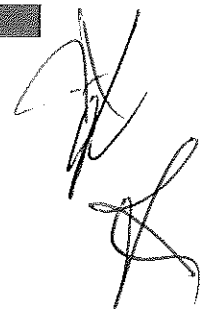

Flávio Santos Ferreira

4. Relatório e Contas.



Relatório e Contas

Exercício 2019



RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Casa dos Pobres de Coimbra, vem apresentar e submeter o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2019, para que seja apreciado pelo órgão deliberativo a correspondente Conta Anual da Associação.

Este é sem dúvida um ato da maior importância e significado para a nossa Instituição, no qual, de uma forma responsável e transparente, a direção apresenta a seu desempenho do ano transato, permitindo aos nossos Associados a sua avaliação.

Este é, também, o momento oportuno para que os Senhores Associados possam questionar-nos sobre matérias que Vos suscitem dúvidas e/ou preocupações e sugerir-nos a adoção de medidas que entendam por mais adequadas aos fins em vista da n/ Instituição.

Assim, este relatório tem como objetivos:

1. Explicitar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;

3. Analisar a situação financeira da Associação, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados.

Neste momento em que se avalia a capacidade de execução que foi proposta em Plano de Atividades e Orçamento, confronta-se o que se propôs para o exercício de 2019 com o que foi efectivamente realizado.

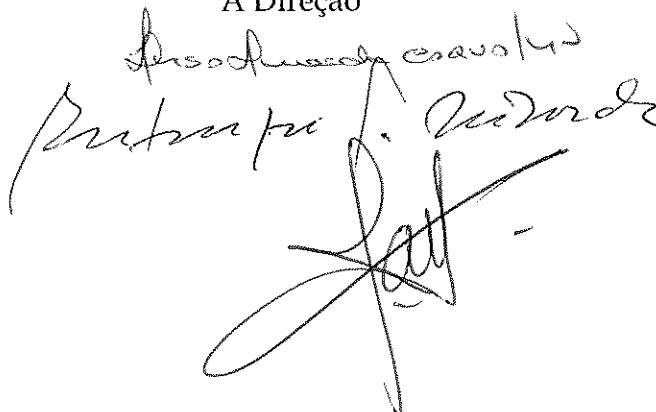
AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício das nossas funções sempre encontramos nos Colaboradores da Instituição, nos Fornecedores, nos Parceiros, na Segurança Social, no IEFP, na Junta de Freguesia, na Câmara Municipal e na população em geral a boa colaboração e o empenhamento necessários, para ultrapassar as dificuldades.

Espera assim, a Direção da Casa dos Pobres de Coimbra com a maior humildade, que os Senhores Associados se revejam nestes documentos, esperando igualmente merecer a aprovação deste relatório e contas relativo ao exercício de 2019

Coimbra, 12 de Junho de 2020

A Direção



ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

Estrutura dos Ativos

A estrutura da Associação, bem como a sua evolução no exercício 2019, face ao balanço final à data de 31/12/2018, é a que a seguir se apresenta:

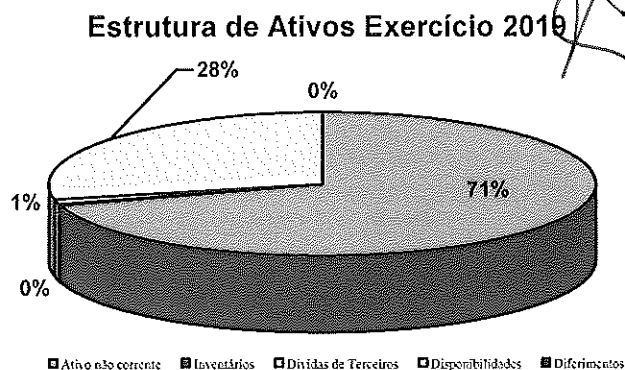
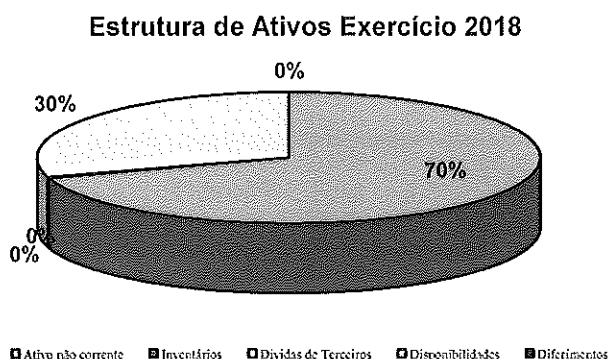
Quadro n.º 1
Estrutura e Evolução Patrimonial da Associação

Descrição	Exercício 2019		Exercício 2018		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	2 854 346,60	70,38%	2 905 790,12	71,65%	-51 443,52
Existências	1 871,37	0,05%	1 181,87	0,03%	689,50
Dívidas de terceiros	47 022,05	1,16%	14 294,51	0,35%	32 727,54
Disponibilidades	1 150 065,83	28,36%	1 018 945,14	25,12%	131 120,69
Diferimentos	2 256,02	0,06%	1 011,41	0,02%	1 244,61
Ativo	4 055 561,87	100,00%	3 941 223,05	97,18%	114 338,82
Fundo Social	3 818 522,31	98,21%	3 732 966,21	96,01%	85 556,10
Resultados	69 411,85	1,79%	99 136,10	2,55%	-29 724,25
Fundos Próprios	3 887 934,16	100,00%	3 832 102,31	98,56%	55 831,85
Dívidas a terceiros - M/L prazo		0,00%		0,00%	0,00
Dívidas a terceiros - curto prazo	159 020,42	94,87%	97 317,64	58,06%	61 702,78
Diferimentos	8 607,29	5,13%	11 803,10	7,04%	-3 195,81
Passivo	167 627,71	100,00%	109 120,74	65,10%	58 506,97

Pelos valores apresentados constata-se que o Ativo aumentou cerca de 114 mil euros e o passivo aumentou apenas 58 mil euros.

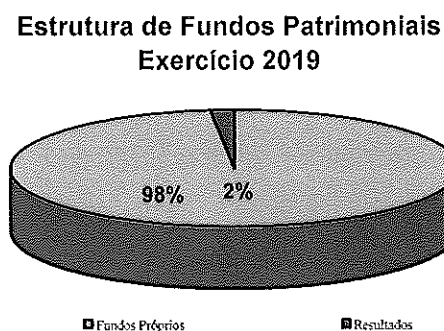
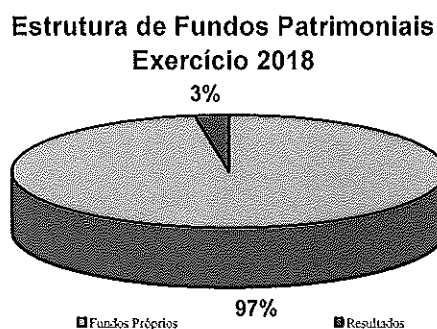
A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram no ativo não corrente e nas disponibilidades.

Figura n.º 1



Estrutura dos Fundos Próprios

Figura n.º 2



À data de 31 de Dezembro de 2019, os Fundos Patrimoniais da Associação eram de 3.818.522,31€. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos 69.411,85 €.

Estrutura do Passivo

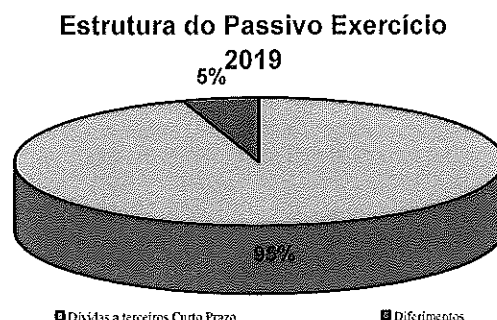
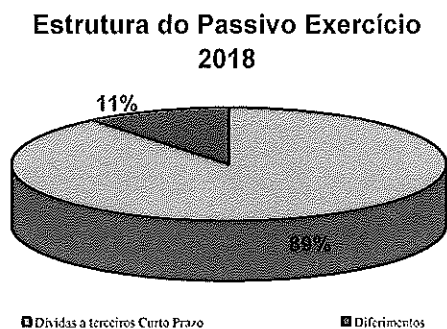
Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra

Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)

O Passivo da Associação resume-se a duas rubricas: dívidas a terceiros com 159.020,42 € e diferimentos com 8.607,29 €.

Figura n.º 3



Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 816.065,23 € e de rendimentos no valor de 885.477,08€. Desta situação resultou um resultado líquido positivo de 69.411,85 €, que se reflete do seguinte modo:

Quadro n.º 2
Demonstração de Resultados Executado vs. Orçamentado

Descrição	Exercício 2018		Orçamento 2019		Exercício 2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Custo das mercadorias vendidas	70 640,43	8,66%	69 016,51	8,45%	64 988,82	7,96%
Fornecimentos e serviços externos	131 383,73	16,10%	149 348,98	18,28%	142 517,80	17,46%
Gastos com o pessoal	548 732,95	67,24%	566 129,67	69,29%	540 013,78	66,17%
Gastos de depreciação e amortização	29 140,28	3,57%	32 068,67	3,93%	65 373,33	8,01%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	673,87	0,08%	0,00	0,00%	324,53	0,04%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	3 449,41	0,42%	384,93	0,05%	2 846,97	0,35%
Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00%	50,00	0,01%	0,00	0,00%
Total	784 020,67	96,07%	816 998,77	100,00%	816 065,23	100,00%
Rendimentos						
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Prestações de serviços	414 203,98	46,78%	410 870,99	49,58%	435 199,47	49,15%
Subsídios, doações e legados à exploração	430 732,15	48,64%	378 395,15	45,66%	418 290,79	47,24%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	33 706,46	3,81%	37 555,80	4,53%	27 731,94	3,13%
Juros, dividendos e outros rendimentos	4 514,18	0,51%	1 952,42	0,24%	4 254,88	0,48%
Total	883 156,77	99,74%	828 774,36	100,00%	885 477,08	100,00%
Resultado Líquido do Exercício	99 136,10		11 775,59		69 411,85	

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de custos, o maior peso se concentra nos gastos com Pessoal (66,17%), logo seguido dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (17,46%).

Relativamente aos rendimentos verifica-se que a sua origem está repartida pelas prestações de serviços (49,15%) e Subsídios à Exploração (47,24%).

Quadro n.º 3 Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS Gastos e perdas	(valores em euros)			
	Execução 2018	Orçamento 2019	Execução 2019	Varição Valor
61 Custo das mercadorias vendidas	70 640,43	69 016,51	64 988,82	-4 027,69
62 Fornecimentos e serviços externos	131 383,73	149 348,98	142 517,80	-6 831,18
63 Gastos com o pessoal	548 732,95	566 129,67	540 013,78	-26 115,89
64 Gastos de depreciação e amortização	29 140,28	32 068,67	65 373,33	33 304,66
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	673,87	0,00	324,53	324,53
67 Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	3 448,82	384,93	2 846,97	2 462,04
69 Gastos e perdas de financiamento	0,59	50,00	0,00	-50,00
Total Classe	784 020,67	816 998,77	816 065,23	-933,54

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2019 foi de 816.998,77 euros. O realizado foi de 816.065,23 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio negativo de 933,54 euros.

Quadro n.º 4 Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS GASTOS					
	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Orçamento 2019	Desvio 2019
61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	66 702,04	70 640,43	64 988,82	69 016,51	-4 027,69
612 MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	66 702,04	70 640,43	64 988,82	69 016,51	-4 027,69
6121 MATÉRIAS-PRIMAS	66 702,04	70 640,43	64 988,82	69 016,51	-4 027,69

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio negativo de 4.027,69 euros, isto é, não ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 5
Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Orçamento 2019	Desvio 2019
GASTOS					
62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS	135 037,63	131 383,73	142 517,80	149 348,98	-6 831,18
621 SUBCONTRATOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	40 196,13	36 611,46	51 588,99	60 434,14	-8 845,15
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	11 550,35	9 478,56	10 084,31	10 959,85	-875,54
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	925,25	679,76	489,35	626,39	-137,04
6224 HONORÁRIOS	16 235,01	18 255,92	20 675,45	18 937,27	1 738,18
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	10 925,07	7 463,46	20 000,47	9 240,30	10 760,17
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO - BENFEITORIAS		0,00		20 000,00	-20 000,00
6227 SERVIÇOS BANCÁRIOS	560,45	733,76	339,41	670,33	-330,92
623 MATERIAIS	22 112,25	20 564,94	20 076,31	21 055,92	-979,61
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. PAPIDO	2 310,36	1 565,07	1 160,90	2 083,06	-922,16
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1 163,52	1 150,99	925,33	1 175,38	-250,05
6234 ARTIGOS PARA OFERTA		53,53	324,72	36,11	288,61
6237 MATERIAIS DE LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	11 306,10	11 108,08	10 826,00	11 264,12	-438,12
6238 OUTROS	7 332,27	6 647,27	6 839,36	6 497,24	342,12
624 ENERGIA E FLUIDOS	53 217,12	56 070,08	55 992,59	54 332,09	1 660,50
6241 ELECTRICIDADE	19 939,72	20 208,23	19 213,99	20 519,92	-1 305,93
6242 COMBUSTÍVEIS	25 616,99	29 586,99	31 059,50	26 771,50	4 288,00
6243 AGUA	7 660,41	6 274,86	5 719,10	7 040,67	-1 321,57
625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	20,20	7,00	379,44	39,94	339,50
6252 TRANSPORTES DE PESSOAL	20,20	7,00	379,44	14,94	364,50
626 SERVIÇOS DIVERSOS	19 491,93	18 130,25	14 480,47	13 486,88	993,59
6261 RENDAS E ALUGUERES	3 572,91	3 440,70	3 791,64	3 623,22	168,42
6262 COMUNICAÇÃO	5 033,80	5 169,94	5 374,99	5 062,15	312,84
6263 SEGUROS	2 940,86	3 226,77	4 169,74	3 607,95	560,79
6265 CONEHCOSMO E NOTARIADO	293,21	118,00	352,00	193,57	158,43
6266 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO			15,00		15,00
6268 OUTROS SERVIÇOS	7 451,15	6 174,84	778,10	1 000,00	-221,90

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos não ultrapassou o orçamentado em 6.831,18 euros, sendo a rubrica conservação e reparação aquela que apresenta a maior variação.

Quadro n.º 6
Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Orçamento 2019	Desvio 2019
GASTOS					
63 GASTOS COM PESSOAL	536 102,06	540 732,95	540 013,78	566 129,67	-26 115,89
632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	438 432,84	450 331,99	434 781,35	464 476,85	-29 695,50
6321 VENCIMENTO BASE	302 132,41	354 260,88	351 701,77	353 371,56	-1 669,79
6322 SUBSIDIO DE FERIAS/SUBSIDIO DE NATAL	79 136,43	55 073,20	52 362,95	55 292,50	-2 929,55
6323 SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	6 879,17	8 932,75	8 283,30	10 597,50	-2 314,20
6324 SUBSIDIO DE TRANSPORTE	1 411,66	2 243,66	1 579,93	2 100,00	-520,07
6326 DIUTURNIDADES	17 759,75	17 585,77	18 201,22	18 168,50	32,72
6327 SUBSIDIO DE TURNO	30 359,42	11 423,73	1 956,18	24 250,79	-22 294,61
6328 ABONO PARA FALHAS	754,00	812,00	696,00	696,00	0,00
635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	93 446,28	92 873,93	98 459,99	92 697,03	5 762,96
636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	4 157,94	5 502,03	6 753,99	7 922,90	-1 168,91
638 OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	65,00	25,00	18,45	1 032,89	-1 014,44

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 540.013,78 euros e um desvio negativo de 26.115,89 euros.

Quadro n.º 7
Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2018	Orçamento 2019	Execução 2019	Varição Valor
Rendimentos e Ganhos				
71 Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestações de serviços	414 203,98	410 870,99	435 199,47	24 328,48
73 Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Subsídios, doações e legados à exploração	430 732,15	378 395,15	418 290,79	39 895,64
76 Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	33 706,46	37 555,80	27 731,94	-9 823,86
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	4 514,18	1 952,42	4 254,88	2 302,46
Total Classe	883 156,77	828 774,36	885 477,08	56 702,72

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2019 foi de 828.774,36 euros. O realizado foi de 885.477,08 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de positivo de 56.702,72 euros.

Quadro n.º 8
Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Orçamento 2019	Desvio 2019
RENDIMENTOS					
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	390 267,77	414 203,98	435 199,47	410 870,99	24 328,48
721 MENSALIDADES	333 424,82	358 589,69	380 084,53	353 061,36	27 023,17
722 QUOTIZAÇÕES E JOIAS	56 842,95	55 614,29	55 114,94	57 809,63	-2 694,69

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 435.199,47 euros e um desvio positivo de 24.328,48 euros, isto é, ultrapassou o orçamentado.

Quadro n.º 9
Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Orçamento 2019	Desvio 2019
RENDIMENTOS					
75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	386 735,08	430 732,15	418 290,79	378 395,15	39 895,64
751 SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	261 319,86	282 606,48	296 920,97	270 905,68	26 015,29
7511 SEGURANÇA SOCIAL	261 319,86	282 606,48	296 920,97	270 895,68	26 025,29
7515 CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA				10,00	-10,00
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	35 284,69	38 532,48	28 137,48	29 773,08	-1 635,60
7521 IEF	35 284,69	38 532,48	28 137,48	29 773,08	-1 635,60
753 DONATIVOS (DOAÇÕES) E HERANÇAS	90 130,33	109 593,19	93 232,34	77 716,39	15 515,95
7531 DONATIVOS DIVERSOS C/Benefício Fiscal	34 640,47	33 426,38	71 846,70	40 079,74	31 766,96
7532 DONATIVOS ORDEMADOS POR TRIBUNAL	10 750,00	6 205,65	4 750,04	9 626,25	-4 876,21
7533 DONATIVOS DIVERSOS S/Benefício Fiscal	44 739,86	7 962,50	16 635,60	28 010,40	-11 374,80

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou acima do orçamentado em 39.895,64 euros.

Quadro n.º 10 Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra
Orçamento (Execução) - 2019

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 2017	Execução 2018	Execução 2019	Orçamento 2019	Desvio 2019
RENDIMENTOS					
70 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	28 895,32	33 706,46	27 731,94	37 555,80	-9 823,86
782 DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	10,82	10,15	0,02	10,00	-9,98
788 OUTROS	28 874,50	33 696,31	27 731,92	37 545,80	-9 813,88
7881 CORREÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	933,00	2 223,89	1 467,80	250,00	1 217,80
7883 IMPUTAÇÃO SUBSÍDIOS INVESTIMENTO	13 580,00	13 580,00	13 580,00	19 467,77	-5 887,77
7885 RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	5 656,17	12 822,31	7 671,62	11 512,81	-3 841,19
7888 OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	8 705,33	5 070,11	5 012,50	6 315,22	-1 302,72

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos não ultrapassou o orçamentado em 9.823,86 euros.

Fatos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção para emissão em 12 de Junho de 2020.

Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Casa dos Pobres de Coimbra não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro. Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Proposta de aplicação de resultados

A Casa dos Pobres de Coimbra apresentou um resultado líquido do período de 69.411,85 euros (sessenta e nove mil, quatrocentos e onze euros e oitenta e cinco centavos). A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2019 seja transferido para a reserva ao investimento para reforço da comparticipação da instituição no investimento de ampliação de instalações.

Balanço Analítico

Demonstração dos Resultados por Natureza

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra

Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)

Casa dos Pobres de Coimbra
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	17	435 199,47	414 203,98
Subsídios, doações e legados à exploração	17	418 290,79	430 732,15
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(64 988,82)	(70 640,43)
Fornecimentos e serviços externos	18	(142 517,80)	(131 383,73)
Gastos com o pessoal	19	(540 013,78)	(548 732,95)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor	7	(324,53)	(673,87)
Outros rendimentos e ganhos	20	27 731,94	33 706,46
Outros gastos e perdas	21	(2 846,97)	(3 449,41)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		130 530,30	123 762,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(65 373,33)	(29 140,28)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		65 156,97	94 621,92
Juros e rendimentos similares obtidos	22	4 254,88	4 514,18
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		69 411,85	99 136,10
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		69 411,85	99 136,10

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Casa dos Pobres de Coimbra
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária:Euros

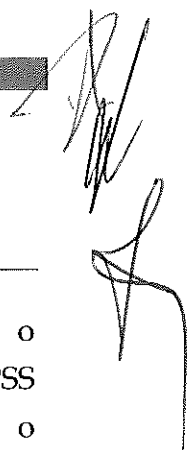
RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		447 548,71	430 555,59
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(185 483,89)	(203 720,14)
Pagamentos ao pessoal		(539 136,15)	(549 660,36)
Caixa gerada pelas operações		(277 071,33)	(322 824,91)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		420 231,99	414 017,07
Outros recebimentos/pagamentos			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		143 160,66	91 192,16
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12 539,97)	(8 053,49)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			(1 742,10)
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		500,00	450,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(12 039,97)	(9 345,59)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		131 120,69	81 846,57
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	1 018 945,14	937 098,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	1 150 065,83	1 018 945,14

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra

Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)

Anexo



1. Identificação da Entidade

A Casa dos Pobres Coimbra, fundada a 8 de Maio de 1935, adquiriu o Estatuto de Utilidade Pública em 11 de Fevereiro de 1988. Como IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), sem fins lucrativos, o equipamento social Estrutura Residencial para Idosos, vulgarmente designada por Lar de Idosos. Acolhe cerca de 63 utentes de ambos os géneros, em situação de carência, familiar económica e social. A Instituição iniciou a sua actividade em Instalações localizadas no Pátio da Inquisição, cedidas pela Câmara Municipal. Em 2001 transitou, com carácter temporário para o imóvel nº 27 da Praça do Comércio, outrora utilizado como pensão. Aguardava-se então, a construção de um Edifício de 3 andares em terreno cedido pela Segurança Social na Freguesia de São Martinho do Bispo. Em 28 Junho de 2011, a Instituição transferiu-se para as novas Instalações. A sua Missão recai na promoção da dignidade da vida Humana, colmatando situações de carência e contribuindo para o bem - estar dos mais desprotegidos.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que

lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de "edifícios e outras construções" encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os activos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, o qual corresponde a 3 anos.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado Ativo para este Ativo, e

- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no Ativo pela quantia realizável.

3.2.5. Clientes e outras ativos correntes

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor

atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até

2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2019 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Casa dos Pobres de Coimbra cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica "Fundos Patrimoniais" e são reconhecidos na

demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.13. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base



no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2.15. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2.16. Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
Terrenos e recursos naturais	683 500,71	-	-	-	-	683 500,71
Edifícios e outras construções	2 056 743,30	-	-	-	-	2 056 743,30
Equipamento básico	141 116,17	1 622,32	-	-	-	142 738,49
Equipamento de transporte	50 794,23	-	(500,00)	-	-	50 294,23
Equipamento administrativo	24 210,17	-	-	-	-	24 210,17
Outros Ativos fixos tangíveis	5 960,36	216,65	-	-	-	6 177,01
Investimentos em Curso	53 514,91	10 701,00	-	-	-	64 215,91
Total	3 015 839,85	12 539,97	(500,00)	-	-	3 027 879,82
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1 191,05	44 682,55	-	-	-	45 873,60
Equipamento básico	92 426,32	15 948,29	-	-	-	108 374,61
Equipamento de transporte	49 293,63	499,80	(500,00)	-	-	49 293,43
Equipamento administrativo	21 323,44	1 515,04	-	-	-	22 838,48
Outros Ativos fixos tangíveis	3 564,64	528,77	-	-	-	4 093,41
Total	167 799,08	63 174,45	(500,00)	-	-	230 473,53

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	561 822,92	3,08	-	-	121 674,71	683 500,71
Edifícios e outras construções	1 867 526,88	2 060,45	-	-	187 155,97	2 056 743,30
Equipamento básico	134 263,76	6 852,41	-	-	-	141 116,17
Equipamento de transporte	52 294,23	-	(1 500,00)	-	-	50 794,23
Equipamento administrativo	24 210,17	-	-	-	-	24 210,17
Outros Ativos fixos tangíveis	4 509,28	1 451,08	-	-	-	5 960,36
Investimentos em Curso	31 217,03	22 297,88	-	-	-	53 514,91
Total	2 675 844,27	32 664,90	(1 500,00)	-	308 830,68	3 015 839,85
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	239 878,83	18 684,78	-	-	257 372,56	1 191,05
Equipamento básico	84 553,76	7 872,56	-	-	-	92 426,32
Equipamento de transporte	49 231,23	249,90	(187,50)	-	-	49 293,63
Equipamento administrativo	20 540,22	783,22	-	-	-	21 323,44
Outros Ativos fixos tangíveis	3 313,87	250,77	-	-	-	3 564,64
Total	397 517,91	27 841,23	(187,50)	-	257 372,56	167 799,08

No seguimento da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 - Ativos Fixos Tangíveis que determina que, nos casos em que existam diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo de custo e o justo valor dos ativos fixos, uma entidade pode utilizar o modelo de revalorização,

que foi o aplicado para a subrubrica "Edifícios e Outras Construções" (notas 3.2.1 e 14)

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	6 983,17	-	-	-	-	6 983,17
Programas de Computador	4 936,61	-	-	-	-	4 936,61
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	11 919,78	-	-	-	-	11 919,78
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	2 793,28	1 396,63	-	-	-	4 189,91
Programas de Computador	4 058,13	802,25	-	-	-	4 860,38
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	6 851,41	2 198,88	-	-	-	9 050,29

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	6.983,17	-	-	-	-	6.983,17
Programas de Computador	4.936,61	-	-	-	-	4.936,61
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	11.919,78	-	-	-	-	11.919,78
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	2.094,96	698,32	-	-	-	2.793,28
Programas de Computador	3.457,40	600,73	-	-	-	4.058,13
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	5.552,36	1.299,05	-	-	-	6.851,41

7. Participações financeiras - Outros métodos

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos

encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31-dez-19		31-dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
CGD - Títulos	1 861,27	0,00	1 677,46	0,00
Ações do Santander Totta	0,67	0,00	0,67	0,00
BPI - Títulos	45 811,14	0,00	46 319,48	0,00
Outras - Fundos FCT	6 397,74	0,00	4 683,37	0,00
	54 070,82	0,00	52 680,98	0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
	54 070,82	0,00	52 680,98	0,00

Os movimentos ocorridos nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumento de justo valor", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-dez-19	31-dez-18
Saldo a 1 de Janeiro	0,00	0,00
Reforço	0,00	0,00
Reversão	-324,53	-673,87
Regularizações	0,00	0,00
	-324,53	-673,87

8. Inventários

Em 31 de Dezembro dos períodos indicados a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2018	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dec-2019
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	762,80	71 059,50	-	1 181,87	65 678,32	-	1 871,37
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-
Total	762,80	71 059,50	-	1 181,87	65 678,32	-	1 871,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				70 640,43			64 988,82
Variações nos Inventários da produção				-			-

9. Créditos a receber

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c	11 194,66	9 391,96
Clientes	11 194,66	9 391,96
Utentes	-	-
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes e Utentes <i>factoring</i>	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Total	11 194,66	9 391,96

Perdas por Imparidade do período

Descrição	2019	2018
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

10. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 086,76	3 862,39
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	4 086,76	3 862,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 945,31	1 950,37
Segurança Social	10 072,84	9 707,17
Outros Impostos e Taxas	148,85	145,56
Total	12 167,00	11 803,10

11. Outros Ativos Correntes

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	31 740,63	1 040,16
Subsídios a Receber	-	-
Outros	31 740,63	1 040,16
Perdas por Imparidade	-	-
Total	31 740,63	1 040,16

12. Diferimentos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 615,91	645,03
Outros	640,11	366,38
Total	2 256,02	1 011,41
Rendimentos a reconhecer		
Prestação Serviços	-	-
Quotas (associados)	-	37,00
Programas IEFP	8 328,71	5 596,01
Outras	278,58	-
Total	8 607,29	5 633,01

13. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Caixa	2 702,00	838,03
Depósitos à ordem	112 363,83	83 107,11
Depósitos a prazo	1 035 000,00	935 000,00
Outros	-	-
Total	1 150 065,83	1 018 945,14

14. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra

Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	280 270,73	-	-	280 270,73
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	521 276,70	-	-	521 276,70
Resultados transitados	1 835 103,09	125 046,94	-	1 960 150,03
Excedentes de revalorização	566 203,24	-	(25 910,84)	540 292,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	530 112,45	-	(13 580,00)	516 532,45
Total	3 732 966,21	125 046,94	(39 490,84)	3 818 522,31

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	280 270,73	-	-	280 270,73
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	521 276,70	-	-	521 276,70
Resultados transitados	1 800 685,62	34 417,47	-	1 835 103,09
Excedentes de revalorização	-	566 203,24	-	566 203,24
Outras variações nos fundos patrimoniais	541 628,92	-	(11 516,47)	530 112,45
Total	3 143 861,97	600 620,71	(11 516,47)	3 732 966,21

Na rubrica Resultados Transitados foi considerado a realização do excedente de revalorização do período e o resultado líquido do período findo em 2018.

O aumento verificado na rubrica "Excedentes de revalorizações" respeita à realização do excedente de revalorização (notas 3.2.1 e 5).

15. Fornecedores

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	28 118,43	6 002,77
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	28 118,43	6 002,77

16. Outros Passivos Correntes

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Cientes	-	-	-	-
Pessoal	-	122,00	-	122,00
Remunerações a pagar	-	122,00	-	122,00
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	71 687,02	-	70 813,62
Remunerações a liquidar	-	70 651,68	-	69 774,05
Outros acréscimos	-	1 035,34	-	1 039,57
Outros credores	-	46 925,97	-	14 746,24
Outros credores	-	46 925,97	-	14 746,24
...	-	-	-	-
Total	-	118 734,99	-	85 681,86

17. Rédito

Em 31 de Dezembro dos períodos indicados foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	435 199,47	414 203,98
Quotizações e Joias	55 114,94	55 614,29
Mensalidades	380 084,53	358 589,69
Outros	-	-
Total	435 199,47	414 203,98

Descrição	2019	2018
Subsídios, doações e legados à exploração	418 290,79	430 732,15
Segurança Social	296 920,97	282 606,48
IEFP	28 137,48	37 306,20
Outras Entidades - donativos	93 232,34	110 819,47
Total	418 290,79	430 732,15

18. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	51 588,99	36 611,46
Materiais	20 076,31	20 564,94
Energia e fluidos	55 992,59	56 070,08
Deslocações, estadas e transportes	379,44	7,00
Serviços diversos	14 480,47	18 130,25
Rendas e alugueres	3 791,64	3 440,70
Comunicação	5 374,99	5 169,94
Seguros	4 168,74	3 226,77
Contencioso e notariado	352,00	118,00
Despesas de representação	15,00	-
Limpeza, higiene e conforto	-	-
Outros serviços	778,10	6 174,84
Total	142 517,80	131 383,73

19. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	434 781,35	450 331,99
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	98 459,99	92 873,93
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	6 753,99	5 502,03
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	18,45	25,00
Total	540 013,78	548 732,95

20. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,02	10,15
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	812,50	450,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	26 919,42	33 246,31
Total	27 731,94	33 706,46

21. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	2 407,15	1 499,83
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,01	0,01
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	1 312,50
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	439,81	637,07
Total	2 846,97	3 449,41

22. Resultados financeiros

Nos períodos dos períodos indicados foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:



Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	4 254,88	4 514,18
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	4 254,88	4 514,18
Resultados financeiros	4 254,88	4 514,18

23. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

24. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 12 de Junho de 2020

Conta	Descrição	Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	
11	Caixa	236.015,62	233.313,62	2.702,00 D
12	Depósitos à ordem	1.584.892,48	1.472.528,65	112.363,83 D
13	Outros depósitos bancários	1.635.000,00	600.000,00	1.035.000,00 D
21	Clientes e Utentes	404.494,40	393.299,74	11.194,66 D
22	Fornecedores	135.240,95	163.359,38	28.118,43 C
23	Pessoal	367.971,02	367.052,86	918,16 D
24	Estado e outros entes públicos	177.299,06	185.379,30	8.080,24 C
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	55.077,94	55.077,94	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	705.741,51	800.352,20	94.610,69 C
28	Diferimentos	74.162,30	155.498,28	81.335,98 C
31	Compras	66.031,69	353,37	65.678,32 D
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.181,87	0,00	1.181,87 D
41	Investimentos financeiros	54.395,35	0,00	54.395,35 D
43	Activos fixos tangíveis	2.964.663,91	168.299,08	2.796.364,83 D
44	Activos intangíveis	11.919,78	6.851,41	5.068,37 D
45	Investimentos em curso	64.215,91	0,00	64.215,91 D
51	Fundos	0,00	280.270,73	280.270,73 C
55	Reservas	0,00	521.276,70	521.276,70 C
56	Resultados transitados	0,00	1.934.239,19	1.934.239,19 C
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intan	0,00	566.203,24	566.203,24 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	530.112,45	530.112,45 C
62	Fornecimentos e serviços externos	144.302,42	1.372,92	142.929,50 D
63	Gastos com o Pessoal	575.660,29	28.641,34	547.018,95 D
64	Gastos de depreciação e de amortização	57.830,48	0,00	57.830,48 D
68	Outros gastos	2.836,41	0,00	2.836,41 D
69	Gastos de financiamento	0,06	0,00	0,06 D
72	Prestações de serviços	4.339,89	439.539,36	435.199,47 C
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.541,76	403.736,52	402.194,76 C
78	Outros rendimentos	0,00	13.801,94	13.801,94 C
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	4.254,88	4.254,88 C
81	Resultado líquido do período	99.136,10	99.136,10	0,00
Totais		9.423.951,20	9.423.951,20	0,00
Saldo Geral				

Conta	Descrição	Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	
11	Caixa	236.015,62	233.313,62	2.702,00 D
12	Depósitos à ordem	1.584.892,48	1.472.528,65	112.363,83 D
13	Outros depósitos bancários	1.635.000,00	600.000,00	1.035.000,00 D
21	Clientes e Utentes	404.494,40	393.299,74	11.194,66 D
22	Fornecedores	135.240,95	163.359,38	28.118,43 C
23	Pessoal	367.971,02	367.052,86	918,16 D
24	Estado e outros entes públicos	177.299,06	185.379,30	8.080,24 C
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	55.077,94	55.077,94	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	714.352,58	802.265,10	87.912,52 C
28	Diferimentos	150.094,83	156.446,10	6.351,27 C
31	Compras	66.385,06	66.385,06	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69.438,30	67.566,93	1.871,37 D
41	Investimentos financeiros	54.579,16	508,34	54.070,82 D
43	Activos fixos tangíveis	2.965.196,44	232.006,06	2.733.190,38 D
44	Activos intangíveis	11.919,78	9.050,29	2.869,49 D
45	Investimentos em curso	64.215,91	0,00	64.215,91 D
51	Fundos	0,00	280.270,73	280.270,73 C
55	Reservas	0,00	521.276,70	521.276,70 C
56	Resultados transitados	0,00	1.960.150,03	1.960.150,03 C
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intan	25.910,84	566.203,24	540.292,40 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	13.580,00	530.112,45	516.532,45 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	67.213,56	2.224,74	64.988,82 D
62	Fornecimentos e serviços externos	145.630,05	3.112,25	142.517,80 D
63	Gastos com o Pessoal	577.182,88	37.169,10	540.013,78 D
64	Gastos de depreciação e de amortização	65.905,86	532,53	65.373,33 D
66	Perdas por reduções de justo valor	508,34	0,00	508,34 D
68	Outros gastos	2.846,91	0,00	2.846,91 D
69	Gastos de financiamento	0,06	0,00	0,06 D
72	Prestações de serviços	4.339,89	439.539,36	435.199,47 C
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.541,76	419.832,55	418.290,79 C
76	Reversões	0,00	183,81	183,81 C
78	Outros rendimentos	0,00	27.731,94	27.731,94 C
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	4.254,88	4.254,88 C
81	Resultado líquido do período	99.136,10	99.136,10	0,00
Totais		9.695.969,78	9.695.969,78	0,00
Saldo Geral				

Conta	Descrição	Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	
11	Caixa	236.015,62	233.313,62	2.702,00 D
12	Depósitos à ordem	1.584.892,48	1.472.528,65	112.363,83 D
13	Outros depósitos bancários	1.635.000,00	600.000,00	1.035.000,00 D
21	Clientes e Utentes	404.494,40	393.299,74	11.194,66 D
22	Fornecedores	135.240,95	163.359,38	28.118,43 C
23	Pessoal	367.971,02	367.052,86	918,16 D
24	Estado e outros entes públicos	177.299,06	185.379,30	8.080,24 C
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	55.077,94	55.077,94	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	714.352,58	802.265,10	87.912,52 C
28	Diferimentos	150.094,83	156.446,10	6.351,27 C
31	Compras	66.385,06	66.385,06	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	69.438,30	67.566,93	1.871,37 D
41	Investimentos financeiros	54.579,16	508,34	54.070,82 D
43	Activos fixos tangíveis	2.965.196,44	232.006,06	2.733.190,38 D
44	Activos intangíveis	11.919,78	9.050,29	2.869,49 D
45	Investimentos em curso	64.215,91	0,00	64.215,91 D
51	Fundos	0,00	280.270,73	280.270,73 C
55	Reservas	0,00	521.276,70	521.276,70 C
56	Resultados transitados	0,00	1.960.150,03	1.960.150,03 C
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intan	25.910,84	566.203,24	540.292,40 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	13.580,00	530.112,45	516.532,45 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	67.213,56	67.213,56	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	145.630,05	145.630,05	0,00
63	Gastos com o Pessoal	577.182,88	577.182,88	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	65.905,86	65.905,86	0,00
66	Perdas por reduções de justo valor	508,34	508,34	0,00
68	Outros gastos	2.846,91	2.846,91	0,00
69	Gastos de financiamento	0,06	0,06	0,00
72	Prestações de serviços	443.879,25	443.879,25	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	419.832,55	419.832,55	0,00
76	Reversões	183,81	183,81	0,00
78	Outros rendimentos	27.731,94	27.731,94	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	4.254,88	4.254,88	0,00
81	Resultado líquido do período	984.796,99	1.054.208,84	69.411,85 C
Totais		11.471.631,45	11.471.631,45	0,00 C
SaldoGeral				

Mapa Exploração - Mês a Mês - até Mês 13 / 2019
(Valores em Euros)

Gastos		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
Conta	31	5.034,97	5.276,01	5.316,06	5.187,61	6.839,28	4.850,11	5.803,72	4.657,31	4.892,42	5.621,41	6.151,56	6.027,86	(65.678,32)	0,00
	61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.988,82	64.988,82
	62	11.024,94	14.676,22	11.213,85	14.138,09	8.608,60	11.271,22	11.357,54	9.845,72	8.463,07	8.074,26	11.833,47	22.402,52	(411,70)	142.517,80
	63	43.267,26	41.679,36	44.990,67	44.548,45	45.835,93	53.600,37	45.447,96	45.683,99	41.136,76	44.207,37	50.771,27	45.829,56	(7.005,17)	540.013,78
	64	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,20	4.819,28	7.542,85	65.373,33
	65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	508,34	508,34
	67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	68	285,62	0,00	49,75	43,88	280,15	258,71	0,00	540,11	777,73	0,00	540,11	60,35	10,50	2.846,91
	69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,06
		64.431,99	66.450,79	66.389,53	68.757,23	66.423,19	74.799,62	67.428,42	65.546,33	60.089,18	62.722,24	74.115,61	79.139,59	(44,68)	816.249,04

Rendimentos

Acréscimos		Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
Conta	Janeiro													
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	35.036,17	34.172,56	35.508,02	37.201,20	36.668,43	36.668,43	36.319,42	36.773,11	37.057,62	37.105,34	36.737,59	35.951,58	0,00	435.199,47
73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	30.570,12	32.717,25	31.387,77	36.502,55	30.541,27	41.126,86	38.517,03	26.279,74	29.896,95	30.049,22	33.316,51	41.289,49	16.096,03	418.290,79
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	183,81	183,81
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	1.454,30	8.644,78	506,84	360,00	366,00	350,00	360,01	350,00	350,00	350,00	350,01	360,00	13.930,00	27.731,94
79	811,11	2.039,97	359,48	0,00	518,17	4,62	0,00	12,19	4,62	38,13	12,19	454,40	0,00	4.254,88
	67.871,70	77.574,56	67.762,11	74.063,75	68.093,87	78.149,91	75.196,46	63.415,04	67.309,19	67.542,69	70.416,30	78.035,47	30.209,84	885.660,89

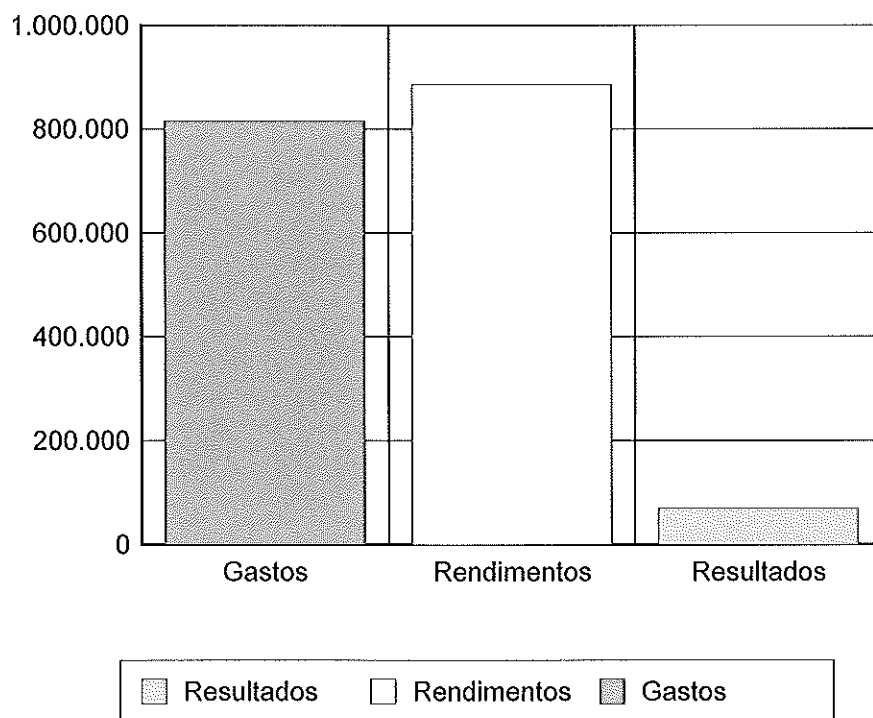
Resultados

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
81	3.439,71	11.123,77	1.372,58	5.306,52	1.670,68	3.350,29	7.768,04	(2.131,29)	7.220,01	4.820,45	(3.699,31)	(1.084,12)	30.254,52	69.411,85

Ano de 2019

(Valores em Euros)

Gastos		Rendimentos	
61	64.988,82	71	0,00
62	142.517,80	72	435.199,47
63	540.013,78	73	0,00
64	65.373,33	74	0,00
65	0,00	75	418.290,79
66	508,34	76	183,81
67	0,00	77	0,00
68	2.846,91	78	27.731,94
69	0,06	79	4.254,88
816.249,04		885.660,89	
Resultados Líquidos:		69.411,85	



Período: de 01-2019 até 13-2019

(Valores em Euros)

MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	1.181,87
Compras	0,00	65.678,32
Autoconsumos		0,00
Regularização de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	1.871,37
Gasto do Período	0,00	64.988,82
CMVMC:		64.988,82

PRODUÇÃO

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Aumento / redução no exercício	0,00	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00	0,00
Existências iniciais	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00

Var. de Produção : 0,00

Gastos		Rendimentos	
Custo das mercadorias vendidas e das matr.	64.988,82	Vendas	0,00
Fornecimentos e serviços externos	142.517,80	Prestações de serviços	435.199,47
Gastos com o Pessoal	540.013,78	Variações nos inventários da produção	0,00
Gastos de depreciação e de amortização	65.373,33	Trabalhos para a própria entidade	0,00
Perdas por imparidade	0,00	Subsídios, doações e legados à exploração	418.290,79
Perdas por reduções de justo valor	508,34	Reversões	183,81
Provisões do período	0,00	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00
Outros gastos	2.846,91	Outros rendimentos	27.731,94
Gastos de financiamento	0,06	Juros, dividendos e outros rendimentos si	4.254,88
	816.249,04		885.660,89
Resultados Líquidos:		69.411,85	

5. Análise dos Meios Monetários.

ANALISE DOS MEIOS MONETÁRIOS

CAIXA

O Saldo da conta Caixa em 31/12/2019 ascendia ao valor de 2.702,00 € distribuído do seguinte modo:

111-Caixa..... 2.702,00 euros

O valor do Caixa é controlado diariamente pela folha de caixa.

BANCOS

Depósitos à Ordem

A Casa dos pobres de Coimbra manteve contas de depósitos à ordem nas seguintes instituições bancárias:

Caixa Geral de Depósitos
Banco Português de Investimento
Crédito Agrícola
Montepio Geral
Banco Popular/Santander Totta

As diferentes contas de Depósitos à Ordem são conciliadas mensalmente pelos extractos dos respectivos bancos. No que se refere a 31 de Dezembro de 2019, anexam-se conciliações e respectivos extractos bancários.

Relativamente ao Balancete de 31 de Dezembro de 2019 apuraram-se as seguintes situações:



Caixa Geral de Depósitos

Conta 0255048503932

Saldo contabilístico	74.169,76 €
Saldo bancário	66.102,22 €
Diferença	8.067,54 €

A Diferença está demonstrada na conciliação.

Banco Português do Investimento

Conta 0-8480783-000-001/330

Saldo contabilístico	2.596,15 €
Saldo bancário	2.596,15 €
Diferença	0,00 €



Crédito Agrícola

Conta 40177223019

Saldo contabilístico	29.717,29 €
Saldo bancário	29.717,29 €
Diferença	0,00 €

Montepio Geral

Conta 033.10.56 701-6

Saldo contabilístico	10.176,21 €
Saldo bancário	8.996,11 €
Diferença	1.180,10 €

A Diferença está demonstrada na conciliação.

Montepio Geral

Conta 033.10.68 036.3

Saldo contabilístico	3.771,96 €
Saldo bancário	3.771,96 €
Diferença	0,00 €

A Diferença está demonstrada na conciliação.

Banco Popular/Santander Totta

Conta 0221 0060 4701

Saldo contabilístico	0,00 €
Saldo bancário	0,00 €
Diferença	0,00 €

Depósitos a Prazo

A Casa dos Pobres de Coimbra mantém contas de Depósitos a Prazo nas seguintes instituições bancárias:

Caixa Geral de Depósitos
Banco Português do Investimento
Montepio Geral
Banco Popular

Caixa Geral de Depósitos

Saldo contabilístico	350.000,00 €
Saldo bancário	350.000,00 €
Diferença	0,00 €

Banco Português do Investimento

Saldo contabilístico	335.000,00 €
Saldo bancário	335.000,00 €
Diferença	0,00 €

Montepio Geral

Saldo contabilístico	350.000,00 €
Saldo bancário	350.000,00 €
Diferença	0,00 €

Banco Popular

Saldo contabilístico	0,00 €
Saldo bancário	0,00 €
Diferença	0,00 €

6. Análise dos Investimentos Financeiros.



ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A Casa dos Pobres de Coimbra mantém contas de investimentos financeiros nas seguintes instituições bancárias:

Caixa Geral de Depósitos

Santander TOTTA

Banco Português do Investimento

e distribuídos do seguinte modo:

Banco	N.º Conta	Saldo Contabilístico
F.C.Trabalho		6.397,74 €
C.G.D. - Obrigações	0255048503144	1.861.27 €
Santander – Obrigações	37456696800	0.67 €
BPI - Obrigações		45.811,14 €

Estes valores são os que se encontram registados na contabilidade. À exceção dos Fundos de Compensação do Trabalho, as outras são aplicações superiores a um ano. Dizem respeito ao valor investido.



ANÁLISE DAS CONTAS DE INVESTIMENTOS

Os Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis da Casa dos Pobres de Coimbra tem um valor bruto de 2.411.345,74 €, repartidos da seguinte forma:

41 – Investimentos Financeiros	54.070,82 €
43 – Activos Fixos Tangíveis	2.733.190,38 €
44 – Activos Intangíveis	2.869,49 €
45 – Investimentos em Curso	64.215,91 €

- Os investimentos financeiros já atrás foram referidos.
- Com referência ao Activo Fixo Tangível, as depreciações são calculadas e lançadas anualmente, segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas, sendo o seu valor acumulado no ano em análise, de 230.473,53 euros.
- O Activo Intangível é referente a despesas de instalação e encontra-se a ser amortizado de acordo com as taxas de amortizações estipuladas no PCIPSS, sendo o seu valor acumulado no ano em análise, de 9.050,29 €.

7. Anexos.

Inventário

CASA DOS POBRES DE COIMBRA
3045-093 S. MARTINHO DO BISPO - COIMBRA
501072438 Exercício de 2019

Data: 31-12-2019

Tipo	Código	Descrição	Código	Unidade	IVA	Pr.Unit.	Existência	Valor
Conta: 33111 TAXA REDUZIDA								
P	1	LEITE PRADO VERDE	5601180000023	LITRO	6	0,39	90,00	35,10
P	2	PREPARADO LACTEO DELTA	5601082013077	KG	6	7,31	2,00	14,62
P	3	BACALHAU	5604890030137	KG	6	8,80	30,00	264,00
P	4	MIGAS BACALHAU	5604890801225	KG	6	5,20	5,00	26,00
P	5	MASSA PEVIDE	5601761625454	EMB.	6	0,24	27,00	6,48
P	6	FEIJÃO FRADE EMB. 5 KG	5603670703308	EMB.	6	6,80	1,00	6,80
P	7	OVOS CLASSE AL OVOTERMO	5601047001156	EMB.	6	18,30	1,00	18,30
P	8	FARINHA T55 DUNA	5601773000287	KG	6	0,50	2,00	1,00
P	9	ATUM BOM AMIGO PEDAÇOS	5601159005066	KG	6	5,14	2,00	10,28
P	10	CERELAC NESTLÉ 500 GR	5601001232008	EMB.	6	3,87	8,00	30,96
P	11	SAL MESA UP BISNAGA 250GR	5606262032022	BISNAGA	6	0,19	13,00	2,47
P	12	PESCADA RABO NA BOCA LITOF	1000000000000	KG	6	3,25	4,20	13,65
P	13	PESCADA LITOFISH	2000000000000	KG	6	2,98	10,00	29,80
P	14	FILETES PESCADA LITOFISH	3000000000000	KG	6	3,75	10,30	38,63
P	15	CAÇÃO LITOFISH	4000000000000	KG	6	3,75	5,00	18,75
P	16	RED FISH LITOFISH	5000000000000	KG	6	3,30	6,00	19,80
P	17	TENTÁCULOS POTA LITOFISH	6000000000000	KG	6	3,50	6,00	21,00
P	18	ERVILHAS LITOFISH	7000000000000	KG	6	2,45	2,50	6,13
P	19	ALHO FRANCÊS LITOFISH	8000000000000	KG	6	2,85	5,00	14,25
P	20	BRÓCULOS ASA	9000000000000	KG	6	1,19	1,00	1,19
P	21	MACEDÓNIA ASA	1000000000000	KG	6	0,85	1,00	0,85
P	22	ERVILHAS ASA	1100000000000	KG	6	1,38	2,40	3,31
P	23	ALHO FRANCÊS ASA	1200000000000	KG	6	1,00	2,50	2,50
P	24	ABROTEA ASA	1300000000000	KG	6	3,70	7,20	26,64
P	25	PERA ROCHA MV	1400000000000	KG	6	0,50	48,00	24,00
P	26	CLEMENTINA MV	1500000000000	KG	6	0,60	36,00	21,60
P	27	MAÇÃ GOLDEN MV	1600000000000	KG	6	0,50	10,25	5,13
P	28	PÁ SEM OSSO SUINO JRD	1700000000000	KG	6	3,35	15,60	52,26
Total por Conta:								715,49
Conta 33112: TAXA INTERMÉDIA								
P	29	VINHO BRANCO	5601773002878	EMB.	13	4,23	5,00	21,15
P	30	VINHO TINTO	5601773002885	BEM.	13	4,23	5,00	21,15
P	31	VINHO TINTO	5603155111307	EMB.	13	5,95	3,00	17,85
Total por Conta:								60,15
Conta 33113: TAXA NORMAL								
P	32	AÇUCAR	5602711001304	KG	23	0,59	4,00	2,36
P	33	AÇUCAR DOSES	5602545904420	CX	23	9,59	1,00	9,59
P	34	CAFÉ MISTURA PENIN DELTA	5602545501216	EMB.	23	0,63	27,00	17,01
P	35	CAFÉ GOLD GR DELTA	5601082034904	KG	23	22,00	15,00	330,00
P	36	CACAU BUSINESS SOLUTION	5601082013039	KG	23	18,30	3,00	54,90
P	37	NESTUM EMB 2	7613035803565	EMB.	23	1,74	8,00	13,92
P	38	PÊSSEGO CALDA	5603670001039	LATA	23	3,34	7,00	23,38
P	39	ANANÁS RODELAS CALDA	5601522362055	LATA	23	5,43	5,00	27,15
P	40	GELATINA UP ANANÁS	5606262073032	EMB.	23	0,57	24,00	13,68
P	41	GELATINA MICAU MORANGO	5601451545178	EMB.	23	3,93	1,00	3,93

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra

Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)



Relatório e Contas

2019

P	42 POLPA TOMATE UP LITRO	5606262011010 FRASCO	23	0,71	6,00	4,26
P	43 VINHO PORTO INTERMARES	5601292171222 GARRAFA	23	3,09	7,00	21,63
P	44 VINHO PORTO FERREIRA	5601007001615 GARRAFA	23	3,85	1,00	3,85
P	45 VINHO PORTO VELHOTES	5601077111023 GARRAFA	23	3,35	3,00	10,05
P	46 LEITE CREME MICAU	5601451515225 EMB.	23	2,55	2,00	5,10
P	47 MOUSSE CHOCOLATE MICAU	5601451001858 EMB.	23	5,08	3,00	15,24
P	48 MARMELADA UP TAB 5.5 KG	5606262014189 TAB.	23	7,50	1,00	7,50
P	49 BOL. UP MARIA 800 GR	5606262001011 EMB.	23	0,92	6,00	5,52
P	50 BOLACHA AGUA E SAL	5606262001035 EMB.	23	0,30	21,00	6,30
P	51 VINAGRE UP VINHO BRANCO 1L	5606262022054 GARRAFA	23	0,45	7,00	3,12
P	52 AZEITE	5605777070000 EMB.	23	20,33	19	386,27
P	53 OLEO	5605777090008 EMB.	23	19,11	3	57,33
P	54 CANELA JANOTA MOIDA	5601468000813 KG	23	6,19	1	6,19
P	55 CALDO KNORR GAL ECONÓMICO	8722700703488 EMB.	23	1,40	26	36,40
P	56 HAMBURGUERES LITOFISH	18000000000000 KG	23	3,45	9	31,05

Total por Conta:

1.095,73

TOTAL GERAL:

1.871,37

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra

Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)

